

ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: EM FOCO O ALUNO COM DEFICIÊNCIA

*Eliane Maria Stroparo
Laura Ceretta Moreira*

RESUMO

Discorre sobre a acessibilidade informacional nas bibliotecas universitárias e a importância de organizar formas de apoio e serviços que atendam ao direito à informação de todos, assim como às exigências da sociedade da informação diante dos princípios de uma educação inclusiva. A pesquisa objetiva compreender o papel das bibliotecas universitárias frente ao direito da acessibilidade informacional ao público-alvo que apresenta deficiência. A metodologia utilizada se deu por meio da análise interpretativa dos aportes legais acerca da acessibilidade, sobretudo da informacional, bem como por meio de entrevistas semiestruturadas, aos alunos que apresentam deficiência, matriculados numa universidade pública da região sul. As questões das entrevistas indagam como vem ocorrendo a acessibilidade informacional na biblioteca, os apoios e dificuldades encontradas para que ela ocorra. Recorreu-se à análise de conteúdo para interpretar as falas dos alunos entrevistados. Destacam-se como resultados encontrados a necessidade de eliminar barreiras e oferecer materiais e serviços para atender a demanda informacional de toda a comunidade. Conclui-se que as bibliotecas universitárias deverão promover políticas institucionais inclusivas que garantam o direito à informação a todos.

Palavras-chave: **Acessibilidade informacional, Biblioteca universitária inclusiva, Alunos com deficiência.**

ABSTRACT

Discusses the informational accessibility in university libraries and the importance of organizing forms of support and services that meet the right to information for all, as well as the requirements of the information society on the principles of inclusion education. The research aims to understand the role of university libraries forward the right of informational accessibility to the handicapped. The methodology used happened through the interpretative analysis of legal contributions about accessibility, particularly of the information, as well as through semi-structured interviews, to students with disabilities, enrolled in a public university in the southern region. The questions the interviews inquire how the informational accessibility has been taking place in the library which is the main support and difficulties so accessibility can occur. We used content analysis to interpret the speeches of the students interviewed. Among the findings we highlight the need to eliminate obstacles and offer items and services to respond to the information demand of the whole community. It is concluded that university library should promote inclusive institutional policies that guarantee the right to information of all.

Key words: **Informational accessibility, Inclusive College Library, Disability.**

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional já consagrada legalmente desde a Constituição Federal de 1988 CF/88, ainda enfrenta inúmeros desafios. Dentre eles que o aluno público-alvo da educação especial¹ tenha garantida a transversalidade em todos os níveis e modalidades de ensino, neste aspecto o direito do aluno que apresenta deficiência e encontra-se inserido no ensino superior também perpassa por uma educação que assegure suas necessidades e especificidades educacionais. Neste contexto, o presente estudo aponta para a necessidade da acessibilidade informacional nas bibliotecas universitárias, tendo como foco o aluno que apresenta deficiência.

A acessibilidade informacional é fundamental para a construção do conhecimento e seu direito está consagrado há quase 70 anos, ou seja, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que em seu art. 19 faz referência ao direito que qualquer pessoa deve ter acesso indiscriminado à informação. Mais recentemente, o direito à informação, assim como o direito à educação foram garantidos pela CF/88, que no seu artigo 5º, assegura a todos o acesso à informação (BRASIL, 1988). A biblioteca, aqui mais especificamente a universitária, exerce uma importante função no processo de inclusão, pois necessita promover a acessibilidade, estendendo as atividades, que incluem o uso de produtos, serviços e, sobretudo, a informação sem quaisquer restrições em formato compatível com os diferentes interesses e exigências dos alunos com deficiência. Nessa perspectiva as bibliotecas universitárias devem se constituir como mediadoras entre os alunos que apresentam deficiência e a produção de conhecimento para que a inclusão informacional ocorra.

As bibliotecas universitárias devem efetivar políticas institucionais para garantir a inclusão e a acessibilidade. Cabe destacar que o processo de construção dos direitos humanos dos alunos com deficiência não começa somente com a legalidade de textos, mas, sobretudo, com a legitimidade de ações onde pessoas e grupos impulsionam a mudança e a implementação da legislação. Os avanços normativos devem refletir avanços materiais efetivos de modo que, os direitos humanos sejam respeitados. De acordo com essa lógica, a acessibilidade emerge como uma das soluções para a efetivação da inclusão.

2 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL: À GUIA DOS DIREITOS

¹ Segundo a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é considerado público-alvo da educação especial os alunos que apresentem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas/habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Uma sociedade mais justa e igualitária é um dos pilares para inclusão social e educacional. Partindo dessa premissa apresentam-se os principais aportes legais e acordos/manifestos que corroboram tanto para a acessibilidade informacional quanto para o processo de inclusão do aluno com deficiência no ensino superior.

No que tange ao acesso à informação das pessoas que apresentam deficiências destaca-se a garantia da lei na reprodução de obras em formato acessível, desde que sem fins comerciais. Define-se no cap. 4º art.46 da Lei 9610, a transcrição de conteúdos de fontes de informação para diferentes formatos como não caracterização de desrespeito à Lei de Direitos Autorais:

Não constitui ofensa aos direitos autorais [...] que de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema braile ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários. (BRASIL, 1988).

Conforme disposto no Manifesto Sobre o Livre Acesso à Informação preparado pela International Federation of Library Association (IFLA, 2002), que dentre seus pressupostos alerta para a remoção das barreiras da informação e a responsabilidade que as bibliotecas e os serviços de informação possuem. Nesse contexto Paula (2009, p.44) expõe que: “As barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero”.

No que concerne ao credenciamento das instituições de ensino superior e reconhecimento de seus cursos a Portaria nº. 3284/2003 condiciona esses aspectos à acessibilidade e destaca a importância da infraestrutura adequada em equipamentos, serviços e recursos facilitadores às pessoas com deficiência (BRASIL, 2003). Essa Portaria refere-se ao compromisso da instituição em garantir ao aluno portador² de deficiência visual, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, software de ampliação de tela entre outros equipamentos (BRASIL, 2003). Também dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência e propõe que a interpretação de língua de sinais/língua portuguesa deve ser propiciada sempre que necessário. Evidencia:

2 O uso do termo “pessoas portadoras de deficiência” foi modificado pelo termo “pessoa com deficiência” determinado a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: de propiciar sempre que necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa (BRASIL, 2003).

Posteriormente, o Decreto nº 5.626 de 2005, estabelece em seu art. 14º:

As instituições federais de ensino devem garantir obrigatoriamente às pessoas surdas, acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. (BRASIL, 2005).

Destaca-se aqui o artigo 9º, do Decreto nº. 6949, de 25 de agosto de 2009, com relação ao direito de acesso à informação dos deficientes visuais:

Os Estados partes também tomarão medidas apropriadas para: f) promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso à informação; g) promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusiva à internet; h) promover desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo. (BRASIL, 2009).

Já a Lei 12.527/2011, que discorre sobre o acesso à informação visa regimentar um direito já instituído pela Constituição Federal de 1988, o direito de todos os cidadãos de obterem de órgãos públicos informações por eles elaborados ou de que esses possuam tutela. No seu art. 7º estabelece que o acesso à informação compreende: “orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada” (BRASIL, 2011).

Com relação à acessibilidade na web, são traçadas diretrizes a fim de eliminar barreiras de acesso, pois a informação é considerada um componente de cidadania e todos têm o direito de acessá-la, salienta-se que para as informações disponíveis no espaço digital os autores devem cumprir a observância da acessibilidade, conforme recomendações feitas pela World Wide Web Consortium – W3C3, que atua como gestor de diretivas para a internet:

A acessibilidade na web ou rede mundial de computadores diz respeito a viabilizar que qualquer pessoa usando qualquer tecnologia adequada à navegação web esteja apta a visitar qualquer site, obtenha a informação oferecida e interaja com o site. E para que isso seja possível é necessário que os criadores de página e sistemas web, assim como seus mantenedores estejam atentos às recomendações de acessibilidade da World Wide Web Consortium – W3C3, mas também às diferentes características dos usuários desses sistemas, às tecnologias de acesso, à informação e interação que utilizam e à influência do ambiente físico sobre a interação do usuário com o computador (PUPO, MELO, FERREZ, 2008, p.52).

Também a definição de acessibilidade expressa na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 não se limita aos espaços físicos, envolve o direito à informação, um direito universal e igualitário:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia aos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.1).

Salienta-se como um marco de mudança positiva de paradigma com relação aos direitos de propriedade intelectual o Tratado de Marraqueche, que visa a reprodução e a distribuição de obras, livros e textos em formato acessível a pessoas com deficiência visual, sem necessidade de requisitar autorização ao titular de direitos autorais. O tratado entrará em vigor depois de ratificado em 20 países. Até o momento, Brasil, Argentina, Austrália, Coréia do Sul, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Índia, Mali, México, Mongólia, Paraguai, Cingapura e Uruguai assinaram o acordo (BRASIL entrega 2016).

Diante desse conjunto de diretrizes e aparatos legais compete à biblioteca analisar as necessidades da comunidade e garantir que os produtos e serviços estejam sintonizados e adequados para garantir que seu público alvo tenha acesso igualitário à informação.

Nesse contexto alguns facilitadores visam auxiliar e aumentar capacidades funcionais e promover a autonomia e independência das pessoas com deficiência que as utilizam, tais como: lupas para auxiliar as pessoas com deficiência visual, que necessitam de ampliação de textos e imagens, na leitura e na escrita; fones de ouvido para proporcionar audição privada para os alunos com deficiência auditiva que precisam de informação sonorizada; como apoio ao uso do computador, sistemas que ampliem o conteúdo apresentado na tela, e os softwares especializados auxiliando os alunos com deficiência visual, como por exemplo o JAWS, o Virtual Vision e o DosVox; scanner acoplado ao computador; máquina de datilografia braile; linha braile utilizada como alternativa aos leitores de tela; impressora braile que imprime as informações codificadas em texto para o sistema braile e leitor autônomo que descreve o conteúdo de livros em papel e/ou textos de páginas de internet.

Apresenta-se também como recurso às pessoas com deficiência visual para que tenham acesso à informação, o livro em braile, sistema internacional de leitura e escrita reconhecido por cegos e pessoas que enxergam parcialmente aprovado pela UNESCO. Foi fundado em 1825 por Louis Braille e consiste em um sistema de gravação ou de pontos elevados, com 6 pontos por símbolo em 63 combinações diferentes e com um espaço de uma

célula em branco. Contudo, hoje o braile apresenta problemas seja na armazenagem, seja por apresentar-se como obra cara, de difícil manuseio e por faltar pessoas especializadas para o ensino da sua escrita. Ressalta-se também a desmotivação pelo uso do braile pelas novas gerações, que crescem nesta era da informação e estão mais próximas à diversidade de tecnologias e que demandam o uso de programas que traduzem a informação para diferentes formatos.

Sinaliza-se outra ferramenta na inclusão no mundo da leitura, o livro falado. Em 1994, num trabalho conjunto, as principais bibliotecas mundiais de produção braile, desenvolveram um sistema de geração de livros digitais sonoros, aos deficientes com problemas de leitura, é o chamado “Digital Áudio-based Information System” – DAISY, cujos adeptos ao projeto são conhecidos pelo “Consórcio Daisy”. Visa garantir que os livros sejam de baixo custo, rico de potencialidades e acessíveis para todos os deficientes visuais ou qualquer pessoa que possua dificuldade de acesso a materiais escritos tradicionais. É uma tecnologia que conjuga texto, áudio, imagem e permite ao leitor localizar capítulos e páginas, colocar um editor e usar o índice (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS – IFLA, 2009).

Evidencia-se também como recurso importante para pessoas com deficiência visual, o e-book, pois possibilita aumentar o tamanho do texto, e escutar o seu conteúdo.

Malheiros (2013, p. 30) lembra que:

Para as pessoas com deficiência visual, além de permitir o acesso a um mundo de informações, as bibliotecas digitais eliminam as barreiras físicas, como a distância, levando em consideração a dificuldade de locomoção dessas pessoas, e permitem ao deficiente visual o acesso a todo tipo de informação.

Cunha (2010, p. 9) destaca características dos livros eletrônicos que os distinguem de obras impressas:

A maioria das práticas das licenças adotadas pelas grandes editoras – como a Elsevier, Springer e Wiley – permite o uso ilimitado. Tal fato fará com que esse tipo de obra nunca esteja indisponível para o usuário. Além disso, certas licenças permitem que o universitário possa fazer o download e imprimir o seu conteúdo para uso pessoal.

De outra forma, a introdução de protótipos, softwares, tecnologias em ambientes digitais para surdos pode viabilizar a sua participação inclusiva e valorizar suas diferenças linguísticas e culturais. Assim, as percepções dos alunos surdos em relação à acessibilidade, à usabilidade e aos conteúdos informacionais digitais enriquecerão a elaboração de um

ambiente informacional digital inclusivo. É importante consultá-los e envolvê-los no processo, escutar os problemas levantados e tomar decisões em resposta a esse feedback.

Posto isso, as bibliotecas universitárias necessitam incorporar os princípios do direito à informação a todos, para tanto conhecer os aportes legais, seu público-alvo, sobretudo àqueles que demandam tratamento informacional diferenciado, serviços especializados e espaços adequados para responder as suas especificidades é fundamental. Portanto, uma vez identificadas às necessidades dos alunos que apresentam deficiências, as bibliotecas universitárias poderão, por exemplo, organizar formas de qualificação de sua equipe, criar programas adaptáveis, produtos e serviços que disponibilizem as informações de forma adequada. Estes encaminhamentos são essenciais para minimizar as diferenças e oferecer oportunidades para que todos possam usufruir da informação, contribuindo para o exercício da cidadania.

3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA INCLUSIVA E A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

Para que uma biblioteca seja considerada acessível, não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo. Afirmam PUPO, MELO e FERRES (2008, p. 17) “torna-se cada vez mais importante que propostas para acessibilidade de pessoas com características específicas estejam articuladas à promoção da qualidade de vida para todos.”

Desta forma a organização e disseminação da informação nas bibliotecas universitárias devem levar em conta as necessidades específicas de sua comunidade. Essa característica é acentuada nos objetivos das bibliotecas universitárias manifestados pelo Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB/Comissão de Especialistas (2013):

- Adquirir, tratar, organizar, gerenciar e disseminar materiais bibliográficos em diferentes mídias (impresso, eletrônico e digital), bem como disponibilizar fontes de informação que atendam às necessidades informacionais da comunidade universitária;
- Propiciar espaços de estudo, leitura, pesquisa, lazer à comunidade universitária;
- Desenvolver competências em informação na comunidade acadêmica;
- Gerenciar a produção do conhecimento acadêmico, científico, tecnológico, cultura, artístico, entre outros, em suas diversas formas;
- Proporcionar a satisfação do usuário em suas distintas demandas informacionais.

De acordo com (MACHELL³, 1996 citado por IFLA, 2009, p. 26):

O serviço de biblioteca ideal é aquele onde cada indivíduo, independentemente do grau de limitação visual, tem acesso aos materiais e informação na hora em que necessite em um formato que possa ser utilizado, e em quantidades que sejam suficientes e cujas necessidades são compreendidas.

As possibilidades de acesso iguais, mas que respeitem as diferenças a todos precisam ser garantidas criando-se ambientes, acervo, sinalização, capacitação pessoal e adequação da página da web, software e hardware. Devem-se buscar formas alternativas para compartilhar e contribuir no processo de aprendizagem favorecendo a garantia do direito à educação. A tecnologia é de grande relevância para os alunos com deficiência, pois através dela o acesso à informação torna-se mais viável, dando suporte para melhorar suas condições de vida (PELA, 2006).

Tendo em vista o foco deste estudo se faz importante apontar que Manzini (2003, p. xxiii) alerta sobre o uso do termo acessibilidade, o qual pode ser usado erroneamente como sinônimo de inclusão:

Apesar de a associação do termo acessibilidade ao termo inclusão ser coerente e lógica, é hipoteticamente possível que um ambiente arquitetônico seja totalmente adaptado, mas a inclusão social não ocorra, ou seja, podemos dizer que a acessibilidade pode auxiliar na inclusão, mas a inclusão não ocorre somente por meio da acessibilidade.

Da mesma forma Paula (2009, p.79) apresenta a diferença entre biblioteca acessível e adaptada:

Biblioteca adaptada é aquela que segue as regras do desenho universal, com rampas, banheiros adaptados, sinaleiras Braille, entre outras. A biblioteca acessível é a que disponibiliza a informação em qualquer suporte e provê acesso a todas as pessoas que dela necessitam.

É importante destacar que a inclusão não ocorre sem a acessibilidade, por exemplo: apoios e recursos são determinantes para o desenvolvimento acadêmico e social também dos alunos surdos. Para esses alunos concretizarem suas expectativas, a biblioteca não pode ficar fora desse contexto e a presença de servidores capacitados e com conhecimento em Libras

3 MACHELL, J. Library and information services for visually impaired people: National Guidelines. London: Share the Vision, 1996. Disponível em: <http://bpm.nlb-online.org/appendixa2.html>.

favorece a interação contribuindo para a quebra de barreiras e garante o acesso à informação na sua língua.

De acordo com a IFLA (2000) as diretrizes para oferta de serviços de biblioteca para surdos, devem compreender as necessidades especiais abrangendo as relacionadas à comunicação. Sendo assim, os bibliotecários deverão receber treinamentos e capacitação para melhor atender os alunos com deficiência e assumir seu papel de disseminadores da informação visando o provimento de serviços especiais contribuindo assim para o crescimento desses alunos. É importante ressaltar o quanto a capacitação é fundamental para o atendimento com qualidade, contudo não é a capacitação por si só que acabará com a exclusão. A preocupação com a oferta de serviços e uso de tecnologias não pode obscurecer o papel da biblioteca e nem se sobressair ao de espaço acessível, preocupada em sedimentar programas inclusivos para melhoria da qualidade da formação dos alunos com deficiência. A mudança de hábitos e mentalidade se reflete nas ações e atitudes, as quais devem caminhar ao lado das legislações e normativas, no intuito de efetivar a inclusão, e desse modo garantir o direito à informação.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO

Este estudo é o recorte de uma pesquisa que analisa o processo de acessibilidade num sistema de bibliotecas em uma instituição federal de ensino na região sul, todavia para fins de delimitação deste artigo elegeu-se aprofundar como a acessibilidade informacional, sobretudo em bibliotecas universitárias vem se constituindo como espaço inclusivo aos alunos que apresentam deficiência. De igual forma pesquisou-se essa realidade numa instituição federal de ensino da região sul brasileira, que apresenta política institucional para acesso e permanência dos alunos público alvo da educação especial; núcleo de apoio ou acessibilidade na área das necessidades educacionais especiais; mapeamento atualizado dos alunos que apresentam deficiências; biblioteca com acessibilidade física e com laboratório ou recursos de tecnologia assistiva.

De posse do mapeamento dos alunos que apresentavam deficiências (físicas, visuais, auditivas e múltiplas) que totalizavam 51, foi definida a amostra de 17 alunos que representavam 33,33% da população delimitada para a entrevista. Todos os alunos

entrevistados assinaram a autorização e livre consentimento⁴ e seus nomes aqui citados são fictícios, a fim de se manter o comprometimento firmado com o Comitê de Ética.

O instrumento de pesquisa em linhas gerais versava sobre acessibilidade física, informacional, atitudinal e de serviços, todavia neste momento as categorias evidenciadas são àquelas que possuem relação direta com a acessibilidade informacional, acervo e Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. Destaca-se que foram analisados questionamentos que indagavam sobre acervos em diferentes formatos como: braile, áudio, livro digital e tecnologia assistiva como: computador com sintetizador de voz, leitor autônomo, sistema de ampliação, mesa tátil falante, software específico, linha braile, impressora braile, scanner acoplado ao computador, fones de ouvido e lupas.

A análise dos dados obtidos das falas dos alunos efetiva-se a partir da análise de conteúdo, elucidada na obra de Bardin (1979, p. 42) que a conceitua como “um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a referência dessas mensagens”.

5 VOZES DOS ALUNOS: OS ACHADOS DA PESQUISA

Os relatos apresentados conforme exposto anteriormente decorrem das indagações realizadas aos alunos com deficiência. Neste sentido destaca-se o papel da biblioteca no que tange atender as especificidades e a efetivação de práticas inclusivas na biblioteca. Dessa feita, quando indagado o aluno Luís, por meio de sua fala, diz: “a biblioteca é um espaço destinado a disseminar a cultura e a educação, portanto deve estar ao alcance de todos, até porque favorece a autoestima e a autonomia”.

Com relação à equidade de acesso, menciona o aluno Matheus que “deve ser igualitário, ao conteúdo, ao ambiente, a tudo, o ambiente deve ser desfrutado por todos principalmente tratando-se de instituição pública, a limitação compromete a socialização”.

Tanto Luís quanto Matheus chamam a atenção para a biblioteca como um espaço que para além da socialização do conhecimento, colabora para a autonomia, autoestima e socialização elementos fundamentais para a inclusão social. Estudo de TORRES (2002) aponta que a biblioteca representa um suporte para as pessoas com deficiência melhorarem as

⁴ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética de Pesquisas atendendo à resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012).

suas condições de vida, contribuindo para sua independência e servindo como instrumento de inclusão social.

No que se refere à acessibilidade informacional, o aluno Marcos, no seu relato, explica que hoje as bibliotecas ainda não atendem as necessidades dos deficientes visuais:

É muito difícil um centro atender às necessidades oferecendo material acessível. Meus amigos adaptam o livro transformando-o em formato digital, digitalizam a imagem para texto com um programa OCR, as imagens são descritas ou impressas em alto relevo usando impressora braile.

Apesar do rápido desenvolvimento nas TIC ter revolucionado o modo de acesso à informação afetando diferentes setores, ampliando as possibilidades de acesso às pessoas com deficiência e conseqüentemente ao conhecimento, dando-lhes condições para melhoria de vida, as bibliotecas cujo papel é a disponibilização da informação, ainda enfrentam mudanças na sua organização e prestação de serviços.

Lembram Mazzoni et al. (2001, p.30) sobre o uso de tecnologia:

[...] com a disseminação da rede Internet, trouxeram às pessoas portadoras de deficiência⁵ novas possibilidades e expectativas em termos de estudo, trabalho e lazer, assim como um avanço muito grande na tecnologia assistiva associada à informática.

Em relação aos livros em outros formatos o aluno Luís opina:

E-book? Não sei exatamente se seria bom ou ruim. Tem alunos que ainda gostam do contato com o livro impresso. Livro em braile? Sei da quantia de estantes que precisa para o armazenamento, seria inviável para o acervo inteiro, porém acho interessante disponibilizar alguns títulos em braile, para estimular o contato físico e também para sensibilizar os outros alunos.

Os alunos entrevistados afirmam que o e-book é uma ferramenta prática, e seria um facilitador, independente de deficiência, “deveria ser acessível a todos, isso tinha que ser pensado com mais atenção”.

Observa-se que o avanço das TIC possibilita mudanças na rotina das bibliotecas, otimizando serviços e tornando os alunos com deficiência mais independentes. Malheiros (2013, p.106) afirma que:

5 O uso do termo “pessoas portadoras de deficiência” foi modificado pelo termo “pessoa com deficiência” determinado a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Essa nova demanda desse grupo de usuários cria nas bibliotecas, digitais ou tradicionais novos serviços e a necessidade de adaptação dos profissionais da informação para que estejam preparados para esses novos desafios.

Sobre a questão das tecnologias que transformam o texto impresso para formato sonoro, apresentam-se como fator positivo, por possibilitar uma alternativa para tornar acessível a informação, seja em livros impressos, seja em páginas de internet. Sinaliza-se como ponto importante, contudo ainda é um ponto polêmico as imagens contidas nos livros impressos, pois os recursos tecnológicos não reconhecem adequadamente e a descrição ainda é inacessível.

Relata o aluno André:

As imagens são abstratas, é difícil para uma pessoa, mesmo que seja o autor da obra passar a descrição daquilo que a imagem quer dizer, muitas vezes não tem como o ouvinte captar a imagem na mente.

Compartilha a aluna Elisa, relatando a dificuldade encontrada na transcrição de imagens “a descrição alternativa de imagens depende do contexto, tem que cumprir um grau mínimo de entendimento de imagem”.

O depoimento da aluna Carla ilustra o problema enfrentado pelos alunos com surdez:

Eu era ouvinte, depois passei para surda, já tinha uma intimidade com os livros, para o aluno que já nasceu surdo é muito difícil porque ele não está acostumado com a língua portuguesa. Como vai funcionar a leitura quer seja no livro ou na internet para esse aluno? Então traduzir o que está escrito é importantíssimo. Imagens são importantes.

É importante ressaltar que a aluna Carla, apresenta a presença do intérprete como maior auxílio. Para ela mais que as TIC, o intérprete é fundamental para resolver o problema de comunicação. A ausência desse profissional faz com que as informações cheguem aos alunos de forma inadequada e incompleta. Vale salientar que a presença do intérprete apresenta-se como importante em todos os espaços educacionais para inclusão dos alunos surdos, já preconizada na Lei 10.436/2002, constituindo-se parte do apoio especializado (BRASIL, 2002).

Destacam-se nos depoimentos, o papel da biblioteca como facilitadora no processo educativo do ensino superior, a aluna Mariana comenta: “Encontro os livros indicados pelos professores, os quais muitas vezes estão esgotados nas livrarias e seu custo é alto. As bibliotecas suprem minhas necessidades bibliográficas”. A opinião de Pela (2006, p.3) é elucidativa: “a biblioteca participa do processo educativo do estudante proporcionando-lhe a

informação para ser bem sucedido na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento.”

Observou-se que os alunos com deficiência relatam a importância da biblioteca para sua permanência na universidade e para conclusão com sucesso de seus estudos. Identificam também obstáculos, necessidades, facilitadores e avanços encontrados para obtenção de informações que dificultam e/ou facilitam o processo ensino-aprendizagem. Dessa forma entende-se que a adequação dos serviços, produtos, acervos, a ampliação do espaço informacional em diferentes formatos com o uso de tecnologias de informação adequadas, a presença de intérprete em libras, a atuação dos bibliotecários respondendo ao desafio de garantir a acessibilidade a todos, a sedimentação de ações e políticas institucionais inclusivas é fundamental para a formação com qualidade e autonomia desses alunos, assim como para a efetivação de seus direitos como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade informacional é uma forma de inclusão social e cultural, permitindo a redução de desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, políticas institucionais devem permear as bibliotecas de modo a assegurar desde a acessibilidade física até a presença de intérprete em libras, oferta de tecnologia assistiva que agreguem materiais e serviços para beneficiar a todos, variando desde o livro em braile, livros falados, livros digitais, impressão com fonte ampliada, materiais perceptíveis ao tato, links e web sites que permitam acesso adequado, pois como bem observam os alunos entrevistados a falta de acesso à informação dificulta a participação e reduz a condição de cidadania.

Destaca-se que o direito à informação dos alunos com deficiência encontra-se presente nas leis, decretos e normativas, contudo ainda perduram dificuldades na sua implementação. A legitimidade das ações é que possibilitará mudanças, cada aluno com deficiência chega à biblioteca com diferentes necessidades e será o acolhimento e a interação com os profissionais disponibilizando apoio e recursos, um fator determinante para o seu desenvolvimento acadêmico e social. A acessibilidade apresenta-se como fundamental para a efetivação da inclusão, sendo a acessibilidade atitudinal a base para que as demais ocorram.

Os preconceitos e barreiras no trato com os alunos com deficiência, devem ser excluídos do cotidiano das bibliotecas e a elas cabe refletir e assumir o compromisso na oferta da informação conforme a necessidade de sua comunidade, através de diferentes recursos e tecnologias, garantindo assim o direito à informação para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições70, 1979.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 20 de fevereiro 1998, p.3.

BRASIL. **Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 8 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 20 de março de 2016.

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.10048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, dez. 2004. Disponível em: <http://mj.gov.br/sedh/et/CORDE/dpdh/sicorda/dec5626.asp> Acesso em: 8 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica/pdf>> Acesso em: 15 de jan. de 2013.

BRASIL. Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 de ago. 2009, seção 1, p.3. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/849999/pg-3-secao1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-08-2009/pdfView>. Acesso em 06 de abril de 2016.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 de

nov. 2011, seção 1, p.1. Disponível em:
<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/VinIdentificacao/lei%2012.527-201?OpenDocument>. Acesso em 06 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012. **Diário Oficial [de] União**, n.12, 13 de jun.de 2013. p.59 seção 1.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato 2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em : 20 de março de 2016.

BRASIL entrega ratificação ao Tratado de Marraqueche. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/12brasil-entrega-ratificacao-ao-tratado-de-maraqueche> Acesso em: 01 de fev. de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB/Comissão de Especialistas. **Relatório da Reunião CFB – INEP**. Brasília, 2013.

CUNHA, M.B. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, v.11, n.6, dezembro 2010. p.1-20.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. **Diretrizes para serviços de bibliotecas para surdos 2000**. Disponível em <especial.futuro.usp.br/documentos/guiaifla.rtf> Acesso em 21 de abril de 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. **Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/libraries-for-print-disabilities/86-pt.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2016.

MALHEIROS, T. M. de. C. **Necessidade de informação do usuário com deficiência visual: um estudo de caso da Biblioteca Digital e sonora da Universidade de Brasília 2013**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. Universidade de Brasília.

MANZINI, E. J. Introdução. In: MARQUEZINI, M. C. et al. **Educação física, atividades motoras e lúdicas, e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: Eduel, 2003. p. XXI-XXVi

MAZZONI, A.A. *et al.* Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em <http://www.portal.mj.gov.br/sebh/ct/legis_intern/dbh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 17 de março de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2006. Disponível em <<http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convencao.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2016.

PAULA, S. N. de. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário.** 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, 2009.

PELA, M. A. P. **A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão:** a perspectiva de graduandos com deficiência visual. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Cidade de São Paulo.

PUPO, D.T.; MELO, A.M.; FERRES, S.P. **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008.

TORRES, E.F. **As apresentações de acesso ao ensino superior de jovens e adultos na educação especial.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002).